



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – FACE
CURSO PEDAGOGIA - FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA AS SÉRIES
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Amanda da Silva Murussi

A SURDEZ, A INCLUSÃO EDUCACIONAL E A FORMAÇÃO DO
PROFESSOR: UM ESTUDO NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL.

BRASÍLIA, DF.

2005

AMANDA DA SILVA MURUSSI

**A SURDEZ, A INCLUSÃO EDUCACIONAL E A FORMAÇÃO DO
PROFESSOR: UM ESTUDO NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia
– Formação de Professores para Séries Iniciais
do Ensino Fundamental, da Faculdade de
Ciências da Educação - FACE - do Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB, como parte
das exigências para conclusão do curso.

Orientadora: Professora Doutora Maria Eleusa
Montenegro.

Brasília

2005

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, meu criador, por ter me dado força e oportunidade. A minha querida família, em especial minha mãe Suely e meu pai Haroldo por acreditarem em mim me incentivando a cada dia, tornando esse sonho real, e as minhas irmãs Lella e Samantha pelo amor e compreensão. As amigas Josy e Amandona por todo carinho e ajuda. Aos amigos do curso e da Embrapa. E a todos que, pela força da ocasião não foram citados.

RESUMO

O objetivo desse trabalho foi investigar a formação de professores das séries iniciais do ensino fundamental para se trabalhar com a inclusão do aluno surdo, ou seja, analisar a formação que o professor recebe da instituição de ensino superior para realizar o trabalho com esse aluno. Para a concretização desse objetivo, foi utilizada a pesquisa qualitativa, que pode ser considerada como o estudo de temas no seu cenário natural, buscando-se interpretá-los em termos do seu significado. Com base nessa pesquisa, foi escolhido o estudo de caso e foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com quatro alunos que estavam cursando o último semestre de Pedagogia, de uma instituição de ensino superior particular, localizada no Plano Piloto – Brasília/Distrito Federal. O objetivo dessa entrevista foi colher dados referentes à formação que o professor recebe para ensinar alunos surdos. Com isso, foram selecionadas seis categorias, relacionadas a seguir: Conceito de surdez; Preparação para o diagnóstico da surdez; Preparação para classificar o tipo de surdez; Preparação para o trabalho com o aluno surdo; Assuntos mais importantes vistos na disciplina; e Outros cursos para a formação do trabalho com o aluno surdo. Os dados obtidos através dessas categorias foram analisados e constatou-se que a formação dos professores para o trabalho com o aluno surdo não está sendo satisfatória. Ao concluir o curso, o professor não se sente preparado para receber um aluno surdo dentro da sala de aula. Para que isso não ocorra, é necessário que a instituição ofereça, também, outros tipos de preparação em relação à surdez, como cursos e palestras. Esse seria um caminho que poderia ajudar os futuros professores a se sentirem mais seguros.

Palavras-chave: Surdez; Formação do Professor; Inclusão Educacional.

SUMÁRIO

1. JUSTIFICATIVA	05
2. OBJETIVOS	06
2.1. OBJETIVO GERAL.....	06
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	06
3. REFERENCIAL TEÓRICO	07
3.1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	07
3.2. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL.....	09
3.3. LEGISLAÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL.....	10
3.4. A SURDEZ.....	13
3.5. CLASSIFICAÇÃO DA SURDEZ.....	14
3.6. LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS): O ORALISMO, O BILINGÜISMO E A COMUNICAÇÃO TOTAL.....	14
3.7. A FORMAÇÃO DO PROFESSOR.....	15
4. METODOLOGIA	17
4.1. A PESQUISA QUALITATIVA.....	17
4.2. ESPECIFICAÇÃO DAS FASES DA PESQUISA.....	17
4.3. CENÁRIO DA PESQUISA.....	18
4.4. SUJEITOS DA PESQUISA.....	18
4.5. INSTRUMENTO DA PESQUISA.....	18
4.6. CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	18
4.7. ORGANIZAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	19
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
BIBLIOGRAFIA	25
APÊNDICE - Roteiro de Entrevista	27

01. JUSTIFICATIVA

Um dos problemas que a sociedade enfrenta em relação à educação, é o grande índice de alunos portadores de deficiência auditiva, causando assim, dificuldades de aprendizagem.

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), 10% da população mundial tem algum tipo de perda auditiva. No Brasil, estima-se que cerca de 15 milhões de habitantes possuem algum tipo de perda de audição, sendo que 350 mil não escutam nada (www.boasaude.uol.com.br).

Apesar de ser a segunda maior deficiência citada pelos os brasileiros entrevistados pelo IBGE (dados do último censo realizado pelo IBGE), a surdez, quando comparada a outras deficiências físicas, recebe pouca ou nenhuma atenção da sociedade, autoridades e até de profissionais da saúde (www.hcnet.usp.br).

A sociedade tem como base lingüística a língua materna dos falantes nativos do país. Isso dificulta a compreensão do aluno surdo. Sem preparo adequado do professor, seria inevitável o fracasso escolar desse aluno. Os indivíduos com surdez possuem maior dificuldade de comunicação que as pessoas ditas comuns.

A surdez pode surgir em qualquer fase da vida e muitas vezes é irreversível, causando sérios problemas sociais e psicológicos no portador.

A Educação Inclusiva é atualmente um dos maiores desafios que o sistema educacional enfrenta. Atinge boa parte dos alunos com deficiência auditiva a aprendizagem e a compreensão da escrita e da leitura.

Verificando de que forma os professores em processo de formação estão sendo preparados para trabalhar com alunos surdos, surge o interesse de pesquisar as metodologias utilizadas pelos professores desses alunos bem como sua formação para trabalhar com alunos surdos.

2. OBJETIVOS

2.1.

OBJETIVO GERAL

Investigar a formação de professores das séries iniciais do ensino fundamental para se trabalhar com a inclusão do aluno com deficiência auditiva.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Verificar o conhecimento do futuro professor com relação à deficiência auditiva.
- ✓ Verificar de que forma os futuros professores estão sendo preparados para atuar com alunos portadores de deficiência auditiva.
- ✓ Oferecer subsídios ao curso de pedagogia para o repensar da prática pedagógica da disciplina Educação Inclusiva em relação à deficiência auditiva.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Exclusão social e inclusão social são conceitos dialéticos, polarizados, simétricos e constituem uma das grandes preocupações da sociedade atual. Como excluídos, pode-se considerar todos os grupos de pessoas que não participam, na sociedade capitalista, do consumo de bens materiais (produtos e mercadorias) e/ou serviços. São aqueles que estão fora do processo produtivo (desempregados e sub-empregados), do acesso a bens culturais, saúde, educação, lazer e outros, todos que têm cidadania (www.conteudoescola.com.br 21/07/2004).

O conceito exclusão social veio substituir, no Brasil, a partir dos anos oitenta, conceitos menores e setoriais, como segregação, marginalização, discriminação, miséria, pobreza (*idem, ibidem*).

Organismos governamentais, organizações não-governamentais, e organizações internacionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social (BID, Banco Mundial, ONU e suas subsidiárias - UNESCO, UNICEF, FAO e outras) tendo em vista o avanço da globalização e do neo-liberalismo, têm se preocupado com aumento significativo de populações marginalizadas, seja pelo sub-desenvolvimento, pelo desemprego ou, ainda, vítimas de preconceito e discriminação religiosa, étnica e cultural (*idem, ibidem*).

Assim, a inclusão social apresenta-se como um processo de atitudes afirmativas, públicas e privadas, no sentido de inserir, no contexto social mais amplo, todos aqueles grupos ou populações marginalizadas historicamente ou em consequência das radicais mudanças políticas, econômicas ou tecnológicas da atualidade.

Uma das dimensões do processo de inclusão social é a inclusão escolar conjunto de políticas públicas e particulares de levar a escolarização a todos os segmentos humanos da sociedade, com ênfase na infância e juventude.

Nesse contexto, recebem atenção especial a integração de portadores de deficiências (físicas ou mentais) nas escolas regulares, o ensino voltado para a formação profissionalizante e a constituição da consciência cidadã.

No Brasil, a Constituição de 1988, assim como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional 9.394/96 destacam a importância e urgência de promover-se a inclusão educacional como elemento formador da nacionalidade (*idem,ibidem*).

Os sistemas educacionais federais, estaduais e municipais, assim como a rede privada de escolas têm envidado esforços no sentido de operacionalizar os dispositivos legais que exigem ou amparam iniciativas no caminho da inclusão escolar (*idem,ibidem*).

A legislação a respeito, recente e ainda pouco conhecida até pelo professorado, aborda a questão nos termos os mais amplos possíveis: a inclusão escolar é para todos aqueles que se encontram à margem do sistema educacional, independentemente de idade, gênero, etnia, condição econômica ou social, condição física ou mental (*idem,ibidem*).

A radicalidade com que a legislação contempla a inclusão escolar - principalmente quanto à população portadora de necessidades especiais, entre eles os deficientes físicos e mentais - tem suscitado questionamentos da sociedade e de grupos específicos - como os agentes educacionais, pais e mesmo das clientela-alvo - sobre a forma de operacionalizar a inclusão, mesmo sendo consenso geral a necessidade e o direito à inclusão (*idem,ibidem*).

Os questionamentos são de todo tipo - técnicos, administrativos, institucionais - e a maior parte revelando dois aspectos fundamentais: a ignorância sobre as características das clientela a serem incluídas e o preconceito gerado a partir dessa ignorância (*idem,ibidem*).

O professor, como agente de mudança, deve ter em mente, sempre, a responsabilidade social que o cargo lhe confere e participar decisivamente do esforço de inclusão - apesar dele mesmo, enquanto categoria profissional, não receber reconhecimento, no Brasil, de sua importância na formação educativa da população (*idem,ibidem*).

A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para que se deixe de ser o país de maior riqueza (potencial) e, ao mesmo tempo, palco das maiores injustiças sociais da história da humanidade (*idem,ibidem*).

3.2. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

O direito à educação no Brasil está na Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e vários outros instrumentos e documentos legais que reafirmam ser este um direito do cidadão e um dever do Estado.

Segundo o Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos (2004), nas décadas de 60 e 70, com a política de universalização do ensino fundamental no Brasil, outros segmentos sociais passam a ter acesso à escola. Esse esforço de universalização, sem o correspondente esforço de reestruturação de uma escola elitista e altamente seletiva que a tornasse preparada para lidar com esses novos alunos, facilitou o acesso à escola, mas dificultou o acesso a uma educação de qualidade para todos gerando o fenômeno do fracasso escolar.

Ainda segundo o Programa, apesar de existir ao mesmo tempo os dois sistemas, antes da década de 90, muitas crianças em idade escolar ficavam impedidas de ter acesso à educação por serem consideradas muito diferentes do “aluno padrão”. Segundo Censo Escolar de 2002 divulgado pelo Sistema de Informações, Pesquisas e Estatísticas Educacionais – INEP (www.inep.gov.br), cerca de 5621 alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular.

O acesso à escola foi ampliado por medidas dos órgãos públicos como os Ciclos de Formação Básica do Estado de Minas Gerais de 1984, a Escola Plural no município de Belo Horizonte de 1995, garantindo o direito de qualquer aluno se matricular na escola mais próxima a sua casa, entre outras. As medidas adotadas têm garantido o acesso à escola e a eficiência do sistema, diminuindo os índices de fracasso escolar, mas ainda tem como desafio, assegurar o aprendizado de qualidade para que todos os alunos possam ter uma formação adequada para a vida cidadã e profissional, como continuam a mostrar os dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.

Uma escola inclusiva propõe ensinar a todos os alunos dando lhes oportunidades igualitárias e valorizando a diversidade. Esta escola inclusiva está em processo de construção. É necessário conhecer as propostas educacionais que estão surgindo e analisar os paradigmas e princípios que orientam e como ocorre a implantação, identificando se estão caminhando na direção da melhoria

da educação para todos os alunos e diminuindo as estruturas excludentes do sistema educacional (www.eaprender.ig.com.br).

As publicações são escassas e os órgãos oficiais não têm muitas informações a oferecer a respeito do assunto. É preciso ampliar a investigação de propostas educacionais inclusivas nas redes de ensino pública, para a inovação educacional e contribuir efetivamente para transformação da educação para todos, em escolas de qualidade, que sejam abertas as diferenças e os alunos se sintam respeitados e reconhecidos e não marginalizados como tem sido histórica e culturalmente no País (www.eaprender.ig.com.br).

3.3. LEGISLAÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Desde há algumas décadas, embora sem estar claramente enunciada, o atendimento educacional de pessoas com necessidades especiais está garantido nas constituições brasileiras, na medida em que a educação é considerada direito de todos (Edler, 1997).

Com relação à portadores de deficiências, a legislação, no Brasil, evoluiu mais do que as leis em se tratando especialmente de educação escolar.

A seguir serão apresentadas as legislações que tratam da educação inclusiva no Brasil.

O Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências (www.mec.gov.br).

O Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001 (Convenção da Guatemala) que promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (idem, *ibidem*).

A Lei nº 8859 de 23 de março de 1994- modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio (*idem,ibidem*).

A Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000- estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências (*idem,ibidem*).

A Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002- dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências e, assim, afirma sobre o assunto.

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa (*idem,ibidem*).

A Portaria nº 1.793, de 16 de dezembro de 1994 dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências (*idem,ibidem*).

A Portaria nº 319, de 26 de fevereiro de 1999 institui no Ministério da Educação, vinculada à Secretaria de Educação Especial/SEESP, a Comissão Brasileira do Braille, de caráter permanente (www.mec.gov.br).

Ainda, segundo esse site, a Portaria nº 554, de 26 de abril de 2000 aprova o Regulamento Interno da Comissão Brasileira do Braille.

A Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003 dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições (*idem,ibidem*).

O Aviso Regular nº 277/MEC/GM, de 08 de maio de 1996 é dirigido aos Reitores das IES solicitando a execução adequada de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais (*idem,ibidem*).

A Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001 – CEB/CNE institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (*idem,ibidem*).

A Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a chamada Diretrizes Bases da Educação Nacional que estabelece para a educação especial:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

3.4. A SURDEZ

A audição é o meio pelo qual o indivíduo entra em contato com o mundo sonoro e com as estruturas da língua, que possibilitam o desenvolvimento de um código estruturado próprio da espécie humana (SILVA, KAUCHAKJE e GESUELI,2003).

Deficiência auditiva é denominada a diminuição da capacidade de percepção dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo que possui audição que não é funcional na vida comum, e parcialmente surdo, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva (idem, ibdem).

3.5. CLASSIFICAÇÃO DA SURDEZ

A deficiência auditiva é dividida em quatro tipos de perda: a perda auditiva ligeira, a perda auditiva média; a perda aditiva severa; e a perda auditiva profunda.

Na perda auditiva ligeira (entre 20 a 40db), o indivíduo escuta a palavra, mas certos sons escapam à percepção. Tem dificuldade de compreender palavras a uma distância mas não provoca atraso na aquisição da linguagem. Necessitam de exercícios que estimulem a leitura da fala e a linguagem (www.saudeetrabalho.com.br).

Na perda auditiva média (entre 40 a 70 db), o indivíduo só consegue ouvir a palavra quando esta é dita fortemente. Tem dificuldades de perceber discussões em grupos. Possuem algumas dificuldades na aquisição da linguagem e algumas perturbações na articulação da palavra. Há necessidade de uso de prótese, de treino auditivo e estimulações da linguagem (idem, ibidem).

Já na perda aditiva severa (entre 70 a 90 db), para que o indivíduo escute, é necessário gritar, não conseguindo perceber a palavra normal. Mesmo utilizando próteses, tem dificuldade de distinguir sons. Essas pessoas possuem perturbações na aquisição da linguagem. Necessitam de cuidados especiais no treino auditivo, leitura e da fala e estimulação da linguagem. Podem necessitar de linguagem gestual para se expressar e compreender os outros (idem, ibidem).

Na perda auditiva profunda (superior a 90 db), nenhuma sensação auditiva verbal pode ser percebida. É necessário fazer adaptações e estímulos da linguagem. Deve-se fazer treinos intensos de maneira a aproveitar os resíduos auditivos e recorrer à linguagem gestual (idem, ibidem).

3.6. LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS): O ORALISMO, O BILINGÜISMO E A COMUNICAÇÃO TOTAL

A LIBRAS é a língua materna dos surdos brasileiros e, pode ser aprendida por qualquer pessoa interessada. Como língua, esta é composta de

todos os componentes referentes às línguas orais, como gramática semântica e outros elementos, preenchendo os requisitos científicos para ser considerada instrumental lingüístico de poder e força. Possui todos os elementos classificatórios identificáveis de uma língua e demanda de prática para seu aprendizado, como qualquer outra língua. Foi na década de 60 que as línguas de sinais foram estudadas e analisadas, passando então a ocupar um status de língua. É uma língua viva e autônoma, reconhecida pela lingüística (www.feneis.com.br).

A Língua de Sinais apresenta uma organização neural semelhante à língua oral, ou seja, que esta se organiza no cérebro da mesma maneira que as línguas faladas. A Língua de Sinais apresenta, por ser uma língua, um período crítico precoce para sua aquisição, considerando-se que a forma de comunicação natural é aquela para a qual o sujeito está mais bem preparado, levando-se em conta a noção de conforto estabelecido diante de qualquer tipo de aquisição na tenra idade (idem, ibidem).

O Oralismo iniciou-se a partir do Congresso de Milão em 1880 e foi identificado como um método que considera a voz como o único meio de comunicação e de educação para os surdos. Desde então, foram excluídas todas as possibilidades de uso das línguas de sinais na educação dos surdos. Em 1960, com o fracasso do oralismo criou-se a metodologia da comunicação total, que durou muito pouco por ter sua concepção bem parecida com a primeira. Hoje o método de educação mais utilizado é o bilingüismo (idem, ibidem).

3.7. A FORMAÇÃO DO PROFESSOR

A formação tradicional em educação especial não se destina a profissionais que terão o compromisso de incluir os excluídos da escola, pois não lhes incute a idéia do especial da educação, que redireciona objetivos e práticas de ensino, pelo reconhecimento e valorização das diferenças. Isto porque continua a dividir, a separar, a fragmentar o que a escola deve unir, fundir, para se fortalecer e se tornar justa e democrática, cônica de seus deveres e dos preceitos constitucionais que garantem a todos os cidadãos brasileiros uma escola sem preconceitos, que não

discrimina, sob qualquer pretexto conforme Art.3º parágrafo IV, do Título I, da Constituição da República Federativa do Brasil (www.futurasgeracoes.com.br).

Na perspectiva da educação aberta às diferenças e ao ensino inclusivo, a formação dos professores é construída no interior das escolas, continuamente, à medida que os problemas de aprendizagem dos alunos com e sem deficiência aparecem, e considerando que ele acompanha o ensino ministrado, suas deficiências, inadequações, conservadorismo (www.futurasgeracoes.com.br).

4 – METODOLOGIA

4.1. A PESQUISA QUALITATIVA

O presente projeto será realizado por meio de pesquisa qualitativa, que pode ser definido como:

O estudo de temas no seu cenário natural, buscando interpretá-los em termos do seu significado assumido pelos indivíduos; para isso, usa uma abordagem holística que preserva a complexidade do comportamento humano (PEDRON, 2001).

Ainda segundo Pedron o método qualitativo não tem a pretensão de numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas. As pesquisas que se utilizam da abordagem qualitativa possuem a facilidade de poder descrever a complexidade de um determinado problema; analisar a interação de certas variáveis; compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais; apresentar contribuições no processo de mudança; criação ou formação de opiniões de determinado grupo; e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades, dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos.

Para a realização da pesquisa foi utilizada a entrevista semi-estruturada.

4.2. ESPECIFICAÇÃO DAS FASES DA PESQUISA

Normalmente, a pesquisa qualitativa é realizada em suas fases distintas, iniciando-se com a escolha do tema, no projeto de pesquisa, e concluindo com as conclusões finais da Monografia.

A primeira fase, consistiu na escolha do tema e na pesquisa bibliográfica em livros e periódicos. Foi possível, nesse sentido, iniciar um posicionamento em relação aos princípios teóricos pertinentes, com a definição do seguinte tema deste trabalho A surdez, a inclusão educacional e a formação do professor: um estudo nas séries iniciais do ensino fundamental, realizado no período de julho de 2004 a agosto de 2004.

A segunda fase, consistiu na elaboração do projeto de pesquisa, no período de agosto de 2004 a setembro de 2004.

A terceira fase, consistiu na construção do referencial teórico da monografia, no período de setembro de 2004 a novembro de 2004

A quarta fase, consistiu na organização e aplicação dos instrumentos de coleta de dados, no período de março de 2004 a maio de 2004.

A quinta fase, consistiu na organização, análise e discussão dos dados, no período de abril de 2004 a maio de 2004.

A sexta e última fase, consistiu na construção final da monografia com suas considerações teórico-práticas, no período de maio de 2004 a junho de 2004.

4.3. CENÁRIO DA PESQUISA

O estudo se realizará em uma Instituição de Ensino Superior, localizada no Plano Piloto, no curso de Pedagogia.

4.4. SUJEITOS DA PESQUISA

Foi realizada uma entrevista semi-estruturada com cinco alunos do curso de Pedagogia.

4.5. INSTRUMENTO DA PESQUISA

Para a realização da pesquisa, foi utilizada a entrevista semi-estruturada.

O objetivo da entrevista semi-estruturada é colher dados referentes à formação do professor para ensinar alunos com deficiência auditiva.

A entrevista semi-estruturada foi escolhida por deixar o entrevistado mais à vontade para expor seu ponto de vista com mais liberdade

4.6. CATEGORIAS DE ANÁLISE

Para a realização da análise de dados da presente monografia, foram selecionadas seis categorias que serão apresentadas a seguir: Conceito da

surdez; Preparação para o diagnóstico; Preparação para classificar o tipo de surdez; Preparação para o trabalho com o aluno surdo; Assuntos mais importantes; e Outros cursos para a formação do trabalho com o surdo.

4.7. ORGANIZAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Conforme citado no item 4.3., foram entrevistadas quatro alunas do curso de Pedagogia que cursavam o último semestre. Todas as pessoas entrevistadas são do sexo feminino e possuíam idade entre 21 e 24 anos. Apenas uma das entrevistadas atua nas séries iniciais e será representada como Aluna 1. As demais entrevistadas serão representadas como Aluna 2, Aluna 3, e Aluna 4. É importante ressaltar que todas freqüentam a mesma instituição de ensino superior particular.

A seguir serão apresentadas as respostas dadas pelos sujeitos da pesquisa, relacionando-as com as respectivas categorias de análise.

4.7.1. Conceito de surdez

Em relação ao conceito de surdez, foram colhidos os seguintes dados:

Aluna 1: “É uma deficiência por perda da audição. Isso não significa que seja total. Ela poderá ser parcial. Esta deficiência ocorre por diversos motivos: acidente, doenças, ou por causa da má formação.”

Aluna 2: “É o indivíduo que não possui audição.”

Aluna 3: “É a pessoa que tem dificuldades para escutar ou não escuta nada.”

Aluna 4: “É a pessoa que possui uma falha na audição. Essa falha pode ser parcial ou total. A pessoa com surdez total não escuta nada.”

Conforme exposto, os sujeitos da pesquisa possuem conhecimento em relação ao conceito da deficiência auditiva, mesmo que básico, mostrando que o tema foi estudado durante o curso. As respostas estão de acordo com o que diz SILVA, KAUCHAKJE e GESUELI (2003). Segundo os autores, deficiência auditiva é a diminuição da capacidade de percepção dos sons, sendo considerado surdo,

o indivíduo que possui audição que não é funcional na vida comum, e parcialmente surdo, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva (SILVA, KAUCHAKJE e GESUELI, 2003)

4.7.2. Preparação para o diagnóstico

Nessa categoria de análise, buscou-se identificar qual a preparação que o aluno recebeu para saber diagnosticar a surdez, obtendo os seguintes dados:

Aluna 1: “Sim. Depende do caso e o tipo de surdez. No caso da surdez moderada, por exemplo, pode-se perceber na fase da alfabetização e com ajuda de outros especialistas.”

Aluna 2: “Sim. Tentaria me comunicar para saber que dificuldades esse aluno teria. Assim seria mais fácil de identificar a deficiência.”

Aluna 3: “Não. Não me sentiria segura para fazer esse tipo de diagnóstico.”

Aluna 4: “Não. Não conseguiria. Mesmo tendo ajuda de outras pessoas, não me sentiria preparada.”

De acordo com os dados obtidos, entende-se que apenas as alunas 1 e 2 sentem-se em condições para fazer o diagnóstico do aluno surdo, ainda assim, uma delas buscaria ajuda de especialistas.

As Alunas 3 e 4 afirmam que não possuem preparação suficiente para fazer o diagnóstico, mesmo obtendo ajuda de outras pessoas especializadas.

Esse fato não devia ocorrer. É necessário que o professor saiba observar, analisando se os sintomas apresentados pelo aluno correspondem aos sintomas da deficiência auditiva, podendo, assim, aconselhar a família do aluno a procurar especialistas em surdez.

4.7.3. Preparação para classificar o tipo de surdez

É importante identificar a preparação do futuro professor para classificar o tipo de surdez, e esse é o foco dessa categoria de análise.

A seguir serão apresentados os dados obtidos nessa categoria:

Aluna 1: “Sim, pois o aprendizado, mesmo que básico, foi passado com clareza, e é fácil de detectar, mas é bom pedir auxílio, se for o caso, de outros profissionais.”

Aluna 2: “Não me sinto preparada para classificar o tipo de surdez, mas tentaria pedir ajuda a outros profissionais.”

Aluna 3: “Não. Não me sentiria preparada, pois não sei como faria essa classificação.”

Aluna 4: “Não, pois para isso, teria que ter um estudo mais detalhado.”

Conforme apresentado acima, é certo afirmar que a maioria das entrevistadas não se sente preparada para classificar os tipos de surdez, deixando claro que seria necessário uma matéria específica, tratando do assunto detalhadamente.

A Aluna 1 foi a única que afirmou ser capaz de classificar os tipos de surdez, mesmo com o aprendizado básico. De acordo com o site Saúde e trabalho (www.saudeetrabalho.com.br), a deficiência auditiva é dividida em quatro tipos de perda. Essa divisão facilita a classificação, tornando o diagnóstico mais preciso.

4.7.4. Preparação para o trabalho com o aluno deficiente auditivo

Essa categoria visa identificar a preparação que o futuro professor trabalhar com o aluno deficiente auditivo. Serão apresentados os dados colhidos em relação a essa categoria de análise:

Aluna 1: “Sim. Sempre buscando novas informações e maneiras para se trabalhar com os deficientes auditivos.”

Aluna 2: “Sim. Com a prática, a gente acaba lidando com o portador de maneira que ele passa a se sentir mais à vontade. É importante, também, estar sempre buscando outras informações e aprendizados sobre o assunto.”

Aluna 3: “Não. Eu não tive uma matéria específica sobre a inclusão do aluno surdo. Não me sentiria preparada. Teria medo errar.”

Aluna 4: “Eu tentaria. Acho que iria tentar “apropriar” os alunos de maneira que eles se sentissem bem diante dessa deficiência na sala.”

Conforme mostrado na coleta de dados, as alunas entrevistadas 1, 2 e 4 afirmaram conseguir trabalhar com o aluno portador de deficiência auditiva, praticando e buscando novas instruções. Esse fato encontra-se em acordo com o que diz a Portaria n.º. 1.793, de 16 de dezembro de 1994 que dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais, e com o que diz a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a chamada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 59.

De acordo com essa portaria, o professor deve estar sempre se especializando de maneira a promover a inclusão do aluno na sala de aula. É dever do professor prezar a boa convivência do aluno em relação à escola.

A Aluna 3 afirma não ser possível lidar com a inclusão do aluno, devido a má formação recebida. Ela diz não ter tido uma boa orientação em relação à essa preparação. É importante ressaltar que esse ocorrido encontra-se em desacordo com o que é proposto pela Portaria acima citada pela Lei de Diretrizes e Bases.

4.7.5. Assuntos mais importantes

Nessa categoria de análise, buscou-se identificar os assuntos mais importantes estudado durante o processo de formação, na opinião dos sujeitos.

Aluna 1: “Eu achei o processo de desenvolvimento da criança com eficiência auditiva muito interessante. Também gostei muito da comunicação dos surdos e dos tipos de surdez.”

Aluna 2: “Gostei muito da parte que se tratava dos tipos de surdez. Gostaria que essa parte fosse melhor estudada.”

Aluna 3: “Surdez no geral é um tema muito importante. Assim como todas as deficiências. Deveria ser reservado um tempo maior para o estudo delas.”

Aluna 4: “O tema que achei mais importante foi o que falava sobre os tipos de surdez. Gostei também de parte que estudamos sobre a comunicação dos surdos.”

A maioria das estudantes disseram que o assunto mais importante estudado foi o Tipos de Surdez. Para explicitar esse tema, foi reservado um item no Referencial Teórico com o nome de “Tipos de Surdez”, que fala sobre as causas de cada um.

4.7.6. Outros cursos para a formação do trabalho com o deficiente auditivo

Na graduação, é importante que a instituição ofereça cursos e palestras que complementem o aprendizado dentro da sala de aula. O interesse dessa categoria de análise é identificar a preocupação da instituição em relação a esse tema.

Aluna 1: “Sim. A faculdade ofereceu alguns cursos sobre o tema. Mas poucas pessoas souberam aproveitar. E dentro do curso de Pedagogia também tivemos uma matéria.”

Aluna 2: “Não. Não fomos informadas sobre nenhum curso.”

Aluna 3: “Não. Não foi oferecido nenhum outro curso.”

Aluna 4: “Eu não lembro de nenhum outro curso.”

A instituição de ensino superior deveria oferecer apoio ao futuros professores, oferecendo outros preparos, mas, de acordo com o resultado obtido nesta categoria de análise, esse fato não ocorre. O professor conclui o curso sem nenhum preparo específico, tornando-o inseguro para trabalhar com o aluno surdo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização do presente trabalho, conclui-se que a formação que os professores recebem pela instituição de ensino superior para a realização do trabalho com o aluno surdo não está sendo satisfatória. A maioria dos sujeitos da pesquisa afirmou, por diversas vezes, não possuir segurança nem informação suficiente para lidar com essa deficiência.

Como os dados da pesquisa mostraram, o assunto surdez não foi devidamente transmitido. Tal fato não deveria ocorrer, pois a surdez é um tema de extrema importância e deve ser aprofundado, já que essa é uma das propostas da instituição. O professor deve estar preparado para lidar com qualquer situação dentro da escola, mas as informações que os professores recebem não são suficientes para realizarem um trabalho competente com os alunos surdos.

De acordo com as pessoas entrevistadas, essa situação poderia ser mudada se a instituição oferecesse outras informações. Cursos preparatórios seriam uma boa opção, assim como palestras e conferências que tratassem do assunto. Outro ponto salientado com relação ao tempo determinado para a aplicação desse tema dentro da disciplina Educação Inclusiva. Foi considerado pequeno o espaço reservado para a realização das atividades em relação à surdez. Seria necessário um período maior para que o assunto pudesse ser estudado e aprofundado, de maneira que o professor sintasse-se mais seguro e informado.

É importante lembrar que, durante as entrevistas, todos os sujeitos concordaram que o tema surdez merece uma maior atenção dentro da área da educação. É evidente que esse assunto não pode ser deixado de lado, considerando que é o aprendizado do aluno surdo que está sendo proposto.

A educação possui uma grande responsabilidade social. Ela é responsável pela formação de indivíduos conscientes e preparados para atuarem na sociedade. O sistema educacional necessita de mudanças para se adequar a essa realidade social.

BIBLIOGRAFIA

Artigos de saúde, 2004. Acesso em nov. 2004. Disponível em <<http://www.boasaude.uol.com.br>

EDLER, Rosita Carvalho. A nova LDB e a educação especial. Rio de Janeiro: WVA,1997. 142 p.

Educação, 2004. Acesso em nov. 2004. Disponível em <<http://www.hcnet.usp.br>

Educação Bilingüe, 2004. Acesso em fev 2005. Disponível em <<http://www.feneis.com.br>

Educação Especial, 2004. Acesso em out. 2004. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>

Estatísticas Educacionais, 2004. Acesso em nov. 2004. Disponível em <<Http://www.inep.gov.br>

Expandindo conhecimentos, 2005. Acesso em mai. 2005. Disponível em <<http://www.eaprender.ig.com.br>

Formação do professor,2004. Acesso em nov. 2004. Disponível em <<http://www.futurasgeracoes.com.br>

GOLDFELD, Márcia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus,1997. 176 p.

PEDRON, Ademar João. Metodologia Científica, auxiliar do estudo, da leitura e da pesquisa. Brasília: Redentorista,2001

SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima et al. Ensino da língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC,SEESP,2004.
2v.:il.._(Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos)

SILVA, Ivani Rodrigues, KAUCHAKJE, Samira, GESUELI, Zilda Maria. Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades. São Paulo: Plexus, 2003

SOARES, Maria Aparecida Leite. A educação do surdo no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados,1999

Tipos de Surdez, 2005. Acesso em fev. 2005. Disponível em
<<http://www.saudeetrabalho.com.br>

APÊNDICE - Roteiro de Entrevista

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – FACE
CURSO PEDAGOGIA - FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA AS SÉRIES
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
NOME DA PESQUISADORA: AMANDA DA SILVA MURUSSI
DATA: ____/____/____

Roteiro de entrevista sobre o tema: “A SURDEZ, INCLUSÃO EDUCACIONAL E
FORMAÇÃO DO PROFESSOR: UM ESTUDO NAS SÉRIES INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL”

1- O que você entende por Deficiência Auditiva?

2- Você saberia fazer o diagnóstico de um aluno portador de deficiência auditiva no geral? De que forma?

3- Você se sente preparado para classificar o tipo de surdez de um aluno portador de deficiência auditiva (perda auditiva ligeira, perda auditiva média, perda aditiva severa e perda auditiva profunda)? Explique.

4- Caso você trabalhe com um aluno portador de deficiência auditiva, você sente-se em condições de lidar com o mesmo de modo a promover sua a inclusão? Comente.

5- Quais foram os assuntos mais importantes abordados por essa disciplina sobre a deficiência auditiva?

6- A instituição forneceu algum outro tipo de formação para o aluno, com relação a preparação desse trabalho? Qual (is)?
